



DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A LEI

10.639/03

Alessandra Agenor de Moura Garcia*

Marcio Pereira da Silva**

Ivone Jesus Alexandre***

RESUMO

A proposta deste estudo é apresentar subsídios à compreensão de alguns desafios que envolvem a formação de professores e a temática História e Cultura Afro- Brasileira e Africana, que com a Lei 10.639/03 oportunizou o reexaminar dos currículos quanto a diversidade cultural que se apresenta em nosso país. Afim de que a lei possa efetivar-se como prática reflexiva, capaz de modificar realidades e conceitos que em muitos momentos sejam estes históricos ou contemporâneos, revelam muitas desigualdades em nossa sociedade.

Palavras-chave: Educação. Formação de professores. História e cultura afro-brasileira. Prática reflexiva.

1 INTRODUÇÃO

Desenvolver um trabalho voltado às relações étnico-raciais, significa em muitos contextos um grande desafio. O desencontro de conhecimentos, interpretações e conceitos quanto ao que está previsto na Lei 10.639/03 e sua execução no contexto educacional é quase que frequente, quando não, acaba por ser pouco difundida e pouco explorada em suas

* Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Especialista em Gestão Escolar - FTED/ IEPES - MT e Pós-graduanda no Curso de Especialização **Docência no Ensino Superior** pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

** Graduado em Educação Física pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Pós-graduando no Curso de Especialização **Docência no Ensino Superior** pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

*** Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT/Sinop). Pós-graduada em Educação a Distância pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT/Cuiabá). Mestrado em Educação pela UFMT/Cuiabá. Professora Assistente na UNEMAT/Juara e atua na área de Metodologia de Ensino.

especificidades. Foi pensando este contexto, que esta discussão foi elaborada, a fim de analisar, refletir e problematizar a formação docente e a inserção da temática étnico-racial na formação inicial e continuada.

A Lei 10.639/03 que altera a Lei 9.394/ 96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelecendo a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica e o Parecer Nº1/4 do Conselho Nacional de Educação (CNE) vem requerer a formação continuada aos docentes sobre esta temática. No entanto, mesmo amparada em lei, à temática ainda encontra muitos desafios a ser desenvolvida, entre eles, a falta de conhecimento teórico e principalmente o enfrentamento do mito da democracia racial alicerçam a concepção docente.

No estado de Mato Grosso, sabe-se que algumas iniciativas têm sido tomadas, porém caminham a passos lentos, alicerçadas em cursos de aperfeiçoamento ministrados pelas secretarias municipais e centros de formação com objetivo principal de instrumentalizar os docentes, para que os mesmos possam vir a desenvolver o tema de forma pedagógica.

Na formação inicial, realizada pelas licenciaturas, o que se percebe são ações com o objetivos de desencadear mecanismos educativos em relação a conteúdos, metodologias, recursos didáticos que em algumas situações apresentam conhecimentos superficiais do que vem a ser e a contemplar a cultura africana e afro-brasileira e, principalmente, ao tratar das questões raciais em sala de aula.

Existem vários artigos, livros e pesquisas que discutem e problematizam a formação de professores (NÓVOA, 1991; RIBEIRO, 1995; PERRENOUD, 2002; CONTRERAS, 2002; LIBÂNEO, 2003), porém muito pouco quando articulado com a formação de professores e a Cultura e História Negra e Africana. Isso se deva talvez pela falta de um ‘olhar específico’, que contemple as necessidades educacionais de uma nação multicultural acompanhada pelo *status* de obrigatoriedade, instituído pela Resolução e Leis que exigem a inclusão da discussão tanto na formação inicial quanto na continuada de docentes.

Segundo Arelaro (2011) há mais de meio século existem debates sobre a formação de docente no país, no entanto estes caminham quase sempre para o mesmo consenso, de que o processo de formação não se desenvolve com eficácia, retratando um grande distanciamento entre os modelos vigentes e os modelos que realidade exige. Tornando evidente a grande necessidade de alterações no que se refere a formação docente, a fim de atender a demanda social.

Sabemos que a formação inicial e continuada não resolve os problemas da educação, em uma sociedade marcada pela disputa, pela desigualdade, pelo preconceito e pelas

mudanças, ainda há muito o que fazer. Tais, apontamentos nos levam a problematizar: como se dá a formação de professores em instituições, com baixo nível de discussão, com pouco acesso e permanência para aqueles que buscam melhor explorar esta temática? Quanto tempo e dedicação serão necessários para fazermos chegar a História e Cultura Afro-brasileira e reunir-se de discussões teóricas e metodológicas, por meio de disciplinas bases e obrigatórias - as licenciaturas, aos cursos de formação - formação continuada e a dinâmica do ambiente educacional? Por que mesmo exigida em lei, essa temática ainda é pouco desenvolvida, até mesmo ausente dos currículos? Com base nestes questionamentos nos perguntamos também, de que maneira os professores estão tratando o tema, o preconceito e reelaborando reflexões frente a cultura afro como fator determinante na formação sócio-cultural brasileira?

2 A NECESSIDADE DE REFLETIR SOBRE A HISTÓRIA, A CULTURA E A IDENTIDADE RACIAL QUE CONTEMPLAM O NOSSO PAÍS

O conteúdo da lei 10.639/03 busca difundir os diversos aspectos da história e da cultura que dão luz a formação da população brasileira, abrir espaço para desenvolvimento de questões ligadas aos povos indígenas e a cultura afro-brasileira, mas que em muitos momentos tem pouquíssima ou nenhuma abordagem no ambiente escolar, construído historicamente sobre bases de uma cultura eurocêntrica.

A referida Lei vem com o objetivo de assegurar a valorizar a diversidade cultural, que é uma grande característica do nosso país. Segundo Souza e Croso (2007, p. 21):

Com a lei a escola aparece como *lócus* privilegiado para agenciar alterações nessa realidade, e é dela a empreitada de acolher, conhecer e valorizar outros vínculos históricos e culturais, refazendo repertórios cristalizados em seus currículos e projetos pedagógicos e nas relações estabelecidas no ambiente escolar, promovendo uma educação de qualidade para todas as pessoas.

Em ‘termos legislativos’ a lei já se encontra em vigor, mas é importante ressaltar a formação de professores, que segundo Libâneo (2003), precisa ser um conjunto de estudos considerados no contexto social, econômico, político e cultural no qual se está inserido. Isto significa o exercício da docência relacionado aos objetivos e práticas do sistema escolar. Que em termos de historicidade está em muitas situações atrelado ao paradigma europeu, com pouco ou nem um preparo para desenvolver aulas reflexivas, que contemplem temas multiculturais.

A cultura como ciência universalizadora é incompatível com as idéias da democracia, cidadania, igualdade, respeito à diversidade cultural, impossibilitando que os docentes recebam as camadas populares com a qualidade requerida pela heterogeneidade presente no espaço escolar (SANTANA, 2008, p.85).

Nesse sentido, assim como diz Silva (2007, p. 39-52), por essa lei vale a pena lutar:

A lei 10.639 é, sem dúvida, uma prática pública de inclusão e ação afirmativa e, ao mesmo tempo, resultado de um intenso movimento de luta antirracista no Brasil, destacando-se por sua capacidade multiplicadora, na medida em que pode gerar uma série de iniciativas voltadas para a valorização da cultura afro-brasileira, bem como servindo de estímulo à reconstrução da identidade afro-descendente.

É importante ressaltar que em uma sociedade construída sobre concepções extremamente ideológicas, como a nossa, em que o nivelar sobre o estigma de dividir e hierarquizar os indivíduos, esta em muitos momentos regrada ao ‘mito da democracia racial’, que pretende em suas vias igualar os sujeitos, a fim de apagar as diferenças, apresentando uma ‘falsa’ harmonia no cotidiano da escola, através das relações sociais.

Sobre estas ideias, se faz necessário uma mudança de mentalidade, capaz de desvelar posturas e comportamentos, em que os indivíduos passem a refletir sobre a história, a cultura e a identidade racial que contempla a nossa escola e o nosso país.

Segundo Munanga (2005), a formação docente que não teve em sua base, estudos e reflexões que contemplassem a História da África, Cultura do Negro no Brasil, e a própria historicidade do negro de modo geral, formula um problema evidente das novas leis que amparam a prática destes temas na escola. Tal feito, não ocorre exclusivamente pela falta entendimento teórico que envolve a questão, mais também porque o estudo dessa temática envolve o grande desafio de desvelar o ‘mito da democracia racial’ que domina a concepção docente em muitos casos.

No Estado de Mato Grosso, sabe-se que em relação à formação docente e a formação continuada algumas iniciativas vêm sendo tomadas. Secretarias Municipais, Centros de Formação estadual, tem promovido cursos, estudos com o objetivo de instrumentalizar os professores para que estes venham a desenvolver em sala conteúdos, metodologias e práticas que contemplem a história e cultura do negro, difundindo conhecimentos base do que vem a contemplar a cultura africana e afro-brasileira e, deixando a desejar o tratar específico de questões raciais em sala.

Temos conhecimento, que tais iniciativas não são em sua totalidade suficientes e eficazes para atender a demanda e os ‘anseios’ que envolve o ambiente. No entanto, é indissociável que ambos os estágios – formação inicial e continuada- tenham em suas bases a problematização de tais questões. Mas, na medida em que não se procura o estabelecer de um

paralelo entre ambas, o que acontece é o simples fato de ‘varrer a sujeira para debaixo do tapete’. O docente acaba adentrando na escola, sem bases concretas, retorna ao campo – por meio da formação continuada, agregando assim, gastos duplos para o governo, no caso das instituições públicas e com pouca garantia de conhecimento e reflexão capaz de promover mudanças significativas no contexto a qual atua, quando se trata desta formação em ambientes de nível superior privado.

3 DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Sabe-se que a educação e a formação docente não ocupam um lugar prioritário em nosso país. Entende-se isso pelo lugar que a mesma ocupa nas políticas públicas. Lutamos há tempo por 10% do Produto Interno Bruto (PIB), para quem sabe, podermos atender a demanda populacional em idade educacional em nosso país. (PITA, 2011).

Nesse sentido, chamamos atenção para a formação de professores que revela algumas nuances em diferentes níveis: formação de professores em instituições com baixo nível de qualificação (universidades públicas e faculdades privadas); o docente que em certas situações desenvolve seu trabalho em um ambiente de disputa, de desigualdade, de preconceito e a formação continuada de pouco acesso, com discursos e necessidades formativas divergentes da necessidade do professor que em muitos casos acaba por não contemplar a diversidade.

Sobre a formação inicial, Monfredini (2011) revela que com a inserção das políticas neoliberais ao cenário da educação brasileira, o mesmo tomou novos contornos. A formação de professores passou a se dar quase sempre em faculdades. Cerca, de 48 % das matrículas em faculdades privadas, com corpo docente não raro, formado por especialistas, técnicos e ou docentes, este com carga horária em muitos casos dividida. Resultando em uma formação com baixa qualificação, em que as licenciaturas são pensadas como negócios, formando professores à grosso modo. Já no setor público o investimento acaba sendo voltado aos cursos de bacharelados e não nas licenciaturas, gerando uma desvalorização das mesmas.

Sobre o sujeito, professor, formado neste ambiente público e privado, o que se pode almejar quanto à prática, em um contexto que contempla a disputa, desigualdade e o preconceito? A questão é considerada complexa, no entanto vale ressaltar a importância da formação desses profissionais em instituições com alta qualificação, com bases na culturalidade brasileira, voltados ao conhecimento de instituições vivas, em que o fazer pedagógico seja reflexivo e, não vise somente o ‘status’ e o setor econômico que os cursos de licenciatura podem gerar a instituições privadas. Isso nos faz pensar a elaboração de um

currículo crítico (GIROUX, 1986; APPLE, 1982; FREIRE, 1996; SHOR, 1997) que possa através do professor resgatar a cultura que contempla nossas salas de aula e não se limite a prescrever a tecnicidade que muitas instituições pregam.

De acordo com Silva (1990), ao projetarmos estas indagações à formação de professores, as temáticas étnicas e culturais devem exercer na prática, o trabalho das questões éticas, políticas, sociais. Assumindo um compromisso social, no sentido de melhor desenvolver a igualdade sócio- cultural que deve acompanhar o compromisso docente. Que nas palavras de Freire (1996, p.36) significa: “rejeitar qualquer forma de discriminação, referente à raça, classe, gênero. Que possa ofender a personalidade humana e negar a democracia”.

Como ultimo nível a ser discutido, não menos importante temos a formação continuada, que como mencionada anteriormente, é em muitas situações tratada sobre o discurso e a necessidade formativa divergente da necessidade do professor, não contemplando a diversidade que seu ambiente revela. Porém, isso se deve ainda no Brasil, talvez pelo pouco acesso e permanência que contempla os cursos de *Latu Sensu* e *Stricto Sensu* na área educacional, que tenham esta temática como linha de pesquisa. Pois, muitos professores com o objetivo de aprimorarem seus conhecimentos, como também melhorem sua condição de vida e de trabalho acabam adentrando em especializações, Mestrados, Doutorados divergentes do seu contexto, muitas vezes não contemplando a necessidade formativa que o ambiente necessita.

Os cursos de formação, sendo estes de base ou formação continuada de professores, precisam acontecer sobre o principio da reflexão, contemplar a diversidade e explorar de um mundo em constante mudança, com diferenças, mas que não se tornem ponto de divergências, mas diversidades a serem contempladas. Em se tratando de cursos de formação que contemplem a História e Cultura Afro-brasileira e Africana, espera-se que seu currículo seja sustentado sobre bases que contemplem as habilidades prático-reflexivas do professor. “É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (FREIRE, 1996, p.39). Trata-se de aproximar-se o saber acadêmico com o fazer pedagógico, fomentar as atividades e ações didáticas, que nascem como resposta as situações reais do cotidiano.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desenvolver este estudo, realizamos uma reflexão teórica sobre formação de professores e a Lei 10.639/03. Que se apresenta sobre uma nação em que muitos docentes pensam viver dentro de uma democracia racial. Não questionando currículos, livros e procedimentos didáticos construídos historicamente com base em uma cultura eurocêntrica.

Os desafios são muitos para a superação destas lacunas e o papel das políticas públicas, das universidades e demais órgãos municipais e estaduais são de fundamental importância para desenvolver discussões e debates que possam oportunizar a reflexão. Pois, se tal discurso fosse realmente efetivado e se em nossa nação existisse de fato uma democracia racial, seria desnecessária a implementação de uma lei para melhor explorar e discutir o ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira no ambiente escolar.

No entanto o que é possível perceber é que em muitos momentos o silenciar pode também, ser o revelar da falta de conhecimento, de domínio e de propriedade sobre a questão. Que muitos docentes carregam consigo desde a formação inicial estas lacunas, adentrando ao ambiente escolar e desenvolvendo de modo superficial, deixando de contemplando a diversidade e, principalmente o tratar adequado de questões raciais em sala de aula.

Isso nos faz reconhecer a necessidade de formação inicial e formação continuada que envolve a questão. O refletir sobre as formações, sobre o acesso, a permanência dos docentes interessados em melhor explorar a temática, em um país que contempla a segunda maior população negra do mundo. Há poucos cursos de especialização *Lato Sensu* com especificidade nesta área com compromisso e bases concretas que possam dar concretude ao tratar dessa temática em Universidades públicas, como também privadas.

Neste contexto este artigo buscou contribuir com a reflexão sobre a necessidade da formação de professores, o investimento na criação de linhas de pesquisa na área e a formação de estudiosos no assunto. Pois, “ensinar inexiste sem aprender”. (FREIRE, 1996, p. 23).

DESAFIOS Y PERSPECTIVAS DE LA FORMACIÓN DEL PROFESORADO Y DE LA LEY 10.639/03

RESUMEN¹

La propuesta de este estudio es presentar a la comprensión de algunos desafíos que implican la formación del profesor y de la historia de la temática afro-brasileña y africana,

¹ Tradução realizada pelo aluno Andrés Máximo Molina López, do Curso de Especialização em **Docência do Ensino Superior** e revisão pela professora Maria de Lourdes Alves Bedendi (CRLE – Revista **Eventos Pedagógicos**).

conforme la Ley 10.639/03 para favorecer o revisar el plan de estudios, la diversidad cultural que está presente en nuestro país, por lo que puede llegar a ser eficaces como práctica reflexiva, capaz de cambiar realidades y conceptos que muchas veces son ellos, histórico o contemporáneo son capaces de revelar muchas desigualdades en nuestra sociedad.

Palabras clave: Educación, Formación del profesorado. Historia y cultura afro-brasileña. Práctica reflexiva

REFERÊNCIAS

ARELARO, Lisete. Interessa uma formação de professores consistente e crítica? Revista **Caros Amigos Especial**, a primeira à esquerda. Ano XV n.53. São Paulo: Editora Casa Amarela Ltda. Jun. 2011.

FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e Ousadia:** cotidiano do professor. 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:**saberes necessários a prática educativa.37. ed.São Paulo: Paz e Terra,1996.

GIROUX, H. **Teoria crítica e resitencia em educação:** para além das teorias da reprodução. Petrópolis: Vozes, 1986.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação Escolar:** políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

MANFREDINE, Ivanise. **Silenciamento e Desistência:** a formação de professores pelo trabalho. Curitiba, PR: Editora CRV, 2011.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola.** Brasília: Ministério da Educação, 2005.

PITA, Mariana. O Setor Exige Investimento Mínimo de 10% do PIB. **Revista Caros Amigos Especial.** A primeira à esquerda. Ano XV n.53. Editora Casa Amarela Ltda. Junho, 2011.

SANTANA, Marise de. **Educação e culturas:** Trabalho docente com os PCNs e a Lei 10639 2003. Letras e Artes, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, V.16, N.1:83-93, jun. 2008.

SILVA, Maurício Pedro. Novas diretrizes curriculares para o estudo da história e da cultura afro-brasileira e africana: a lei 10639. **EccoS Revista Científica.** São Paulo, v. 9, jan/jun 2007. pp. 39-52.

SILVA, T.M.N. **A construção do currículo na sala de aula:** o professor como pesquisador. São Paulo: EPU, 1990.

SOUZA, Ana Lúcia Silva; CROSO, Camila. **Igualdade das relações étnico-raciais na escola.** Possibilidades e desafios para implantação da lei 10.639 03. São Paulo, Petrópolis. 2007.